



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Irituia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Irituia x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Irituia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

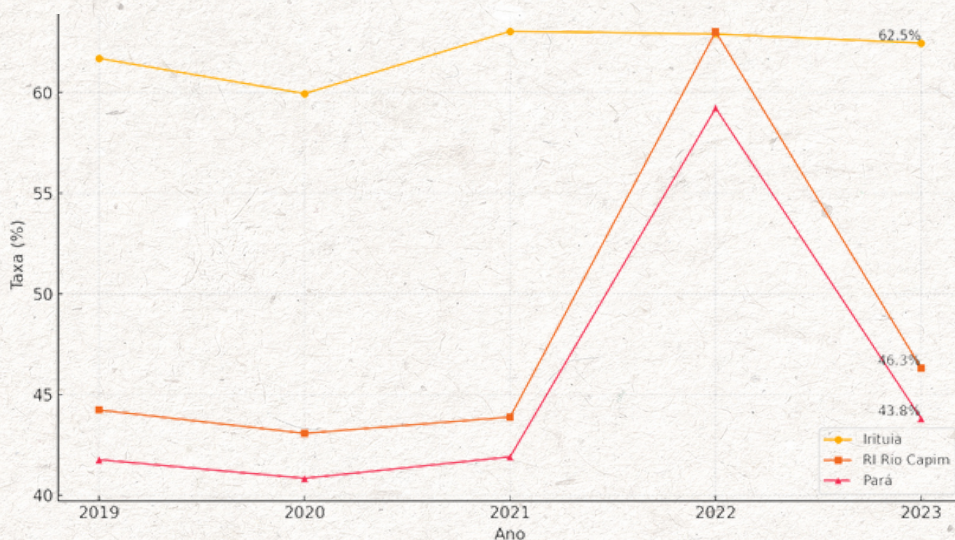
Em Irituia, a taxa de pobreza apresentou oscilações relevantes no período analisado. Em 2019, registrou-se 61,7%, seguido por uma leve queda para 60% em 2020. A taxa voltou a crescer e atingiu 62,5% em 2023. Na Região de Integração do Rio Capim, o comportamento foi semelhante: iniciou com 44,3% em 2019, caiu para 43,0% em 2020, mas saltou abruptamente para 62,5% em 2022, encerrando 2023 em 46,3%. Já o estado do Pará manteve certa estabilidade até 2021, com taxas entre 41,2% e 42,2%, mas também apresentou elevação expressiva em 2022 (59,1%), re-

duzindo para 43,8% no ano seguinte. Os dados de 2022 indicam possível impacto de fatores conjunturais adversos, com recuperação parcial em 2023 (Gráfico 1).

Esse comportamento revela um padrão comum de elevação abrupta da pobreza em 2022 nos três níveis territoriais, sugerindo a ocorrência de fatores estruturais ou emergenciais que afetaram amplamente a população possivelmente ligados aos efeitos defasados da pandemia ou à redução de auxílios sociais naquele ano. Irituia manteve a taxa mais alta em todo o período, destacando vulnera-

bilidades locais mais acentuadas. Ainda que haja uma queda em 2023, os níveis continuam superiores aos de 2019 no município e na região, refletindo persistência da pobreza estrutura (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

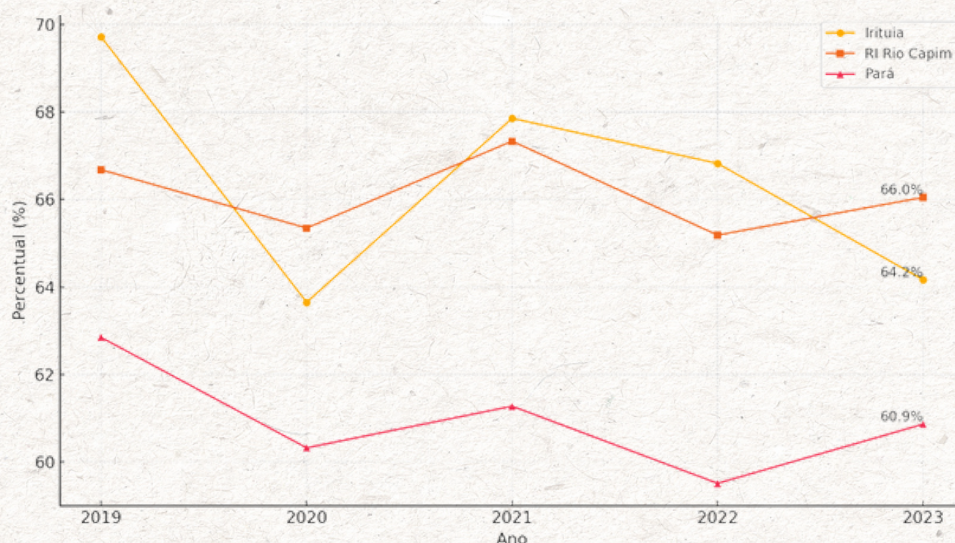
Em Irituia, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 2019 com 69,7%, caiu para 63,7% em 2020, subiu novamente para 67,8% em 2021 e 66,9% em 2022, encerrando em 64,2% em 2023. Esse padrão oscilante revela uma priorização razoável, embora com perda de intensidade nos últimos anos. A Região de Integração do Rio Capim apresentou comportamento semelhante, com 66,7% em 2019, recuo para 65,4% em 2020, elevação para 67,3% em 2021 e fechamento em 66,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou menores percentuais: iniciou com 62,7% em 2019, caiu para 60,3% em 2020, oscilou e terminou 2023 em 60,9%,

mantendo-se em patamar inferior à média da região (Gráfico 2).

A análise demonstra que Irituia e a RI Rio Capim mantiveram alocações mais elevadas de recursos em serviços essenciais que o estado, o que pode ser reflexo de demandas sociais mais urgentes ou de estratégias locais de enfrentamento da pobreza. Contudo, a queda em 2023 para 64,2% em Irituia pode sinalizar um redirecionamento de recursos, exigindo atenção. A consistência nos percentuais da região indica certa estabilidade na política de investimento em serviços públicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

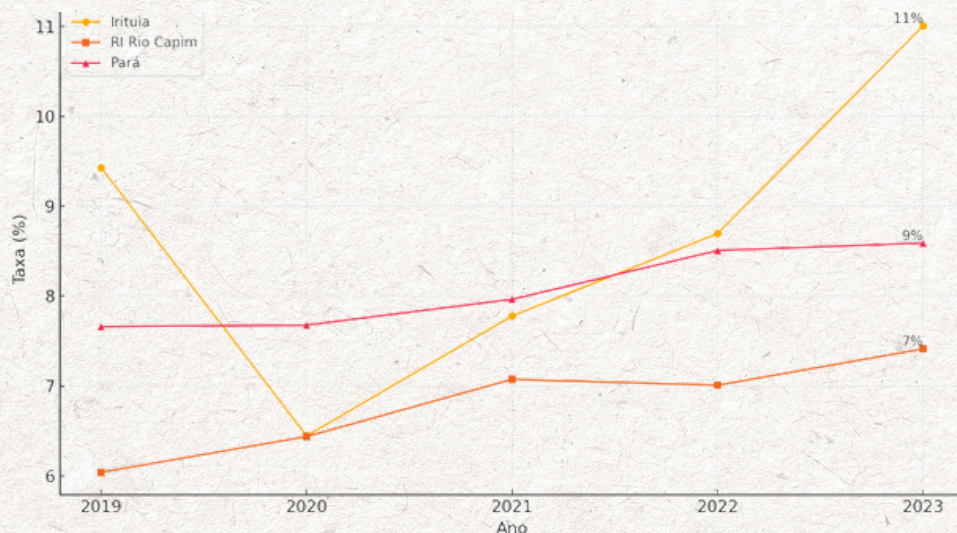
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Irituia apresentou alta variação na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 9,4%, caindo significativamente para 6,5% em 2020, mas voltando a subir gradualmente até atingir 11% em 2023. A Região de Integração do Rio Capim partiu de 6% em 2019 e evoluiu para 7,5% em 2023, com crescimento mais moderado. O estado do Pará manteve um comportamento mais estável: iniciou com 7,7% em 2019 e subiu para 9% em 2023, com variações suaves. A oscilação intensa em Irituia contrasta com a estabilidade relativa nas demais esferas, indicando possíveis lacunas na atenção pré-natal e neonatal no município (Gráfico 3).

O aumento significativo em Irituia, especialmente após 2021, é motivo de preocupação, pois sugere deterioração de condições de saúde materno-infantil ou falhas nos serviços de atenção básica. A elevação do indicador pode refletir tanto condições socioeconômicas adversas quanto insuficiência em ações preventivas. A RI Rio Capim apresentou valores mais baixos e com menor variação, o que aponta para maior estabilidade nos determinantes dessa condição. Já o Pará, mesmo com crescimento moderado, encerra 2023 com 9%, o que evidencia um desafio contínuo no estado como um todo (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

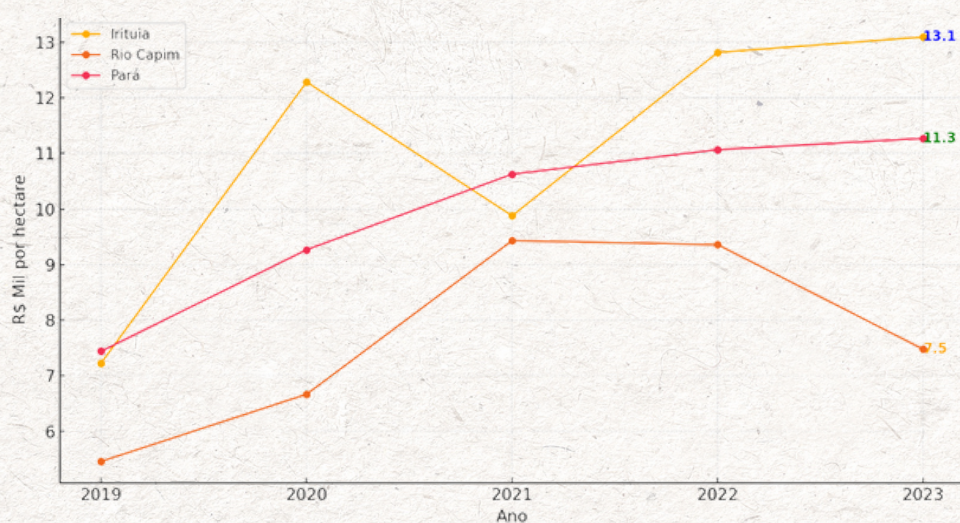
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Irituia teve crescimento expressivo da produtividade agrícola entre 2019 e 2023. Em 2019, registrava R\$ 7,3 mil/hectare, chegando a R\$ 12,3 mil/hectare em 2020, sofrendo uma leve queda em 2021 (R\$ 9,9 mil), mas recuperando-se fortemente nos dois anos seguintes: R\$ 12,9 mil/hectare em 2022 e R\$ 13,1 mil/hectare em 2023. A RI Rio Capim teve evolução até 2021 (R\$ 9,4 mil/hectare), mas caiu para R\$ 7,5 mil/hectare em 2023. O estado do Pará manteve crescimento constante, partindo de R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 e atingindo R\$ 11,3 mil/hectare em 2023, sem

retrações no período (Gráfico 4).

O desempenho de Irituia é notável, superando a média estadual em todos os anos a partir de 2020, o que pode indicar ganhos tecnológicos, expansão da fronteira agrícola ou diversificação produtiva. O recuo da RI Rio Capim após 2021, em contraste, pode sugerir perda de produtividade por fatores climáticos, logísticos ou conjunturais. A tendência positiva do estado, embora mais lenta, é consistente e sugere uma trajetória geral de fortalecimento do setor agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

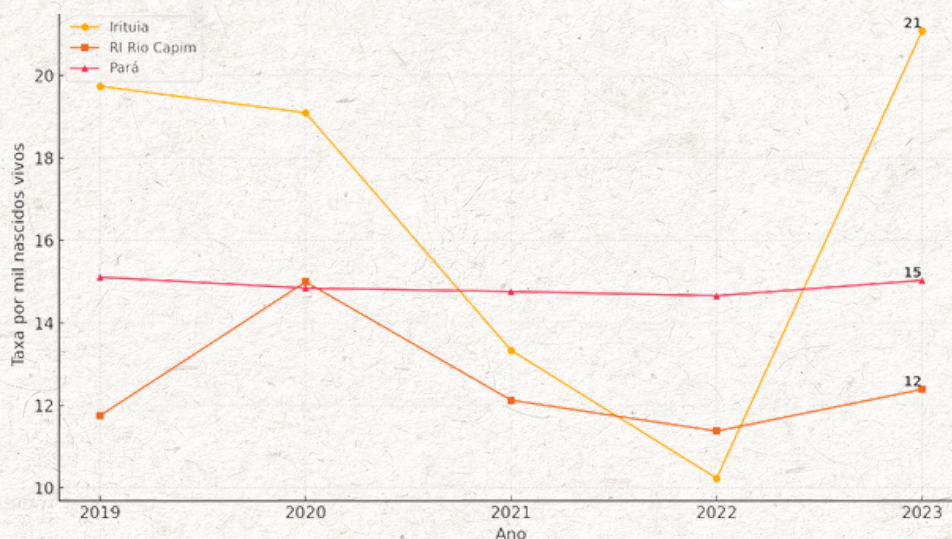
Em Irituia, a taxa de mortalidade infantil oscilou de forma significativa entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 19,6 por mil nascidos vivos, manteve patamar elevado em 2020 (19,1), mas apresentou queda expressiva nos anos seguintes: 13,4 em 2021 e 10,1 em 2022. No entanto, em 2023, a taxa voltou a subir drasticamente, atingindo 21 por mil, o maior valor da série. Na RI Rio Capim, oscilou entre 11,5 (2019) e 15 (2020), recuando para 12,1 em 2021, 11,4 em 2022 e fechando em 12 em 2023. Já o estado do Pará teve comportamento mais estável, variando entre 14,6 e 15 por mil ao longo dos anos (Gráfico 5).

Os dados revelam uma instabilidade preocupante em Irituia, especialmente com o forte aumento em 2023, que reverte os avanços anteriores e supera todos os anos analisados. Esse cenário pode estar relacionado a fatores como falhas na atenção básica, ausência de pré-natal adequado ou agravamento das condições socioeconômicas. A RI Rio Capim e o estado do Pará demonstraram variações mais suaves, refletindo maior estabilidade na estrutura de saúde infantil (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

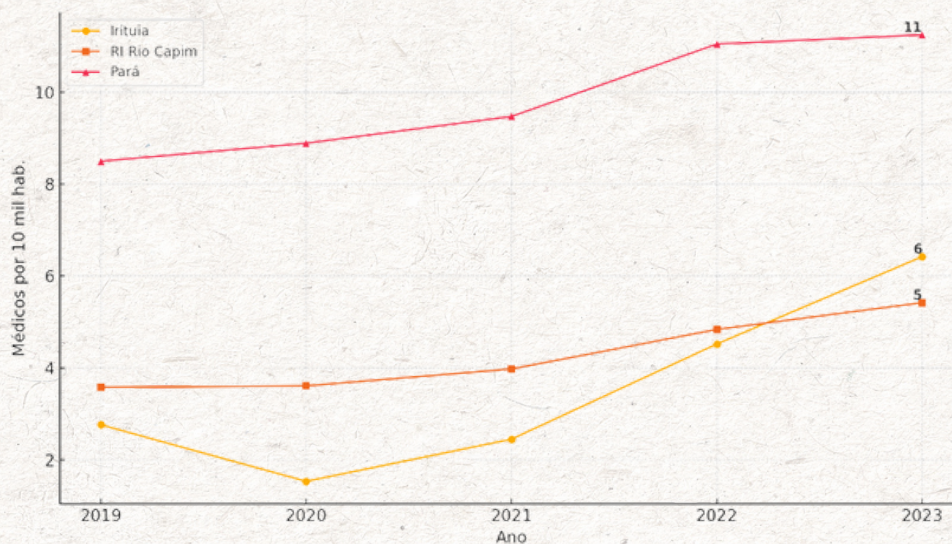
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Irituia, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 2,8 médicos por 10 mil habitantes, caindo para 1,5 em 2020. A partir daí, iniciou-se uma recuperação gradual: 2,5 em 2021, 4,5 em 2022 e alcançando 6 médicos por 10 mil em 2023, dobrando o índice em dois anos. A Região de Integração Rio Capim também cresceu, mas de forma mais lenta, passando de 3,6 em 2019 para 5,3 em 2023. O estado do Pará manteve os maiores valores ao longo do período, saindo de 8,5 em 2019 para 11 em 2023 (Gráfico 6).

O crescimento registrado em Irituia é positivo e reflete provável reforço em políticas públicas voltadas à fixação de profissionais de saúde, sobretudo após os impactos da pandemia. Apesar da melhora, a taxa ainda é inferior à média estadual, que já em 2019 superava os 8 médicos por 10 mil habitantes. A evolução no estado foi contínua e sólida, evidenciando ampliação na cobertura médica geral. Por outro lado, a RI Rio Capim permaneceu com avanço mais discreto, o que reforça o destaque do município dentro da região (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Irituia, o número de vagas por mil habitantes iniciou em 2019 com 249,2, caiu para 233,4 em 2020, voltou a crescer para 245,2 em 2021 e 241,4 em 2022, mas encerrou 2023 com uma queda expressiva para 210. A RI Rio Capim apresentou trajetória mais moderada: partiu de 219,8 em 2019, caiu levemente até 212,3 em 2021, subiu para 232,3 em 2022, mas também sofreu recuo para 210 em 2023. Já o Pará manteve-se abaixo dos demais, com 211,6 em 2019, pequenas oscilações até atingir 198,2 em 2023, revelando uma tendência geral de redução da oferta em todo o estado (Gráfico 7).

A redução mais acentuada observada em Irituia no último ano representa uma diminuição significativa no acesso à educação pública, especialmente preocupante diante da necessidade de recuperação educacional pós-pandemia. A queda nas três esferas em 2023 pode refletir impactos orçamentários, redução da demanda ou reorganização da rede de ensino. Contudo, a manutenção de patamares historicamente mais altos em Irituia aponta que, apesar da retração, o município ainda apresenta melhor relação entre vagas e população do que o estado como um todo (Gráfico 7).

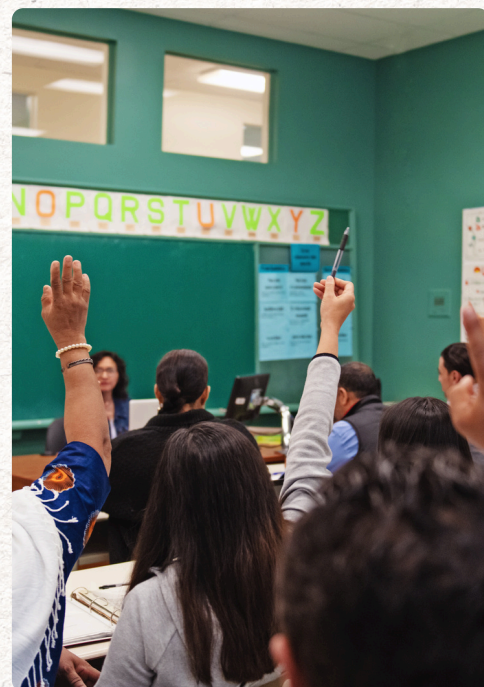
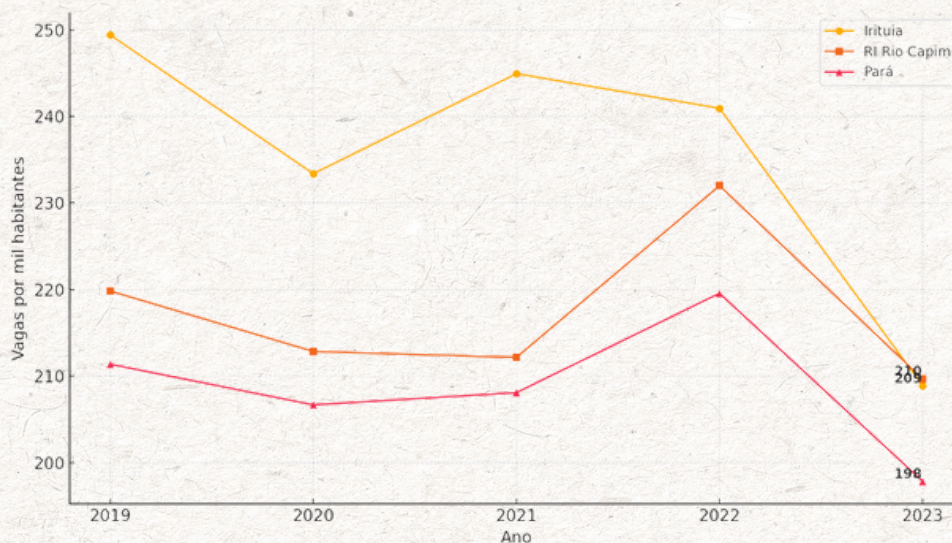


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

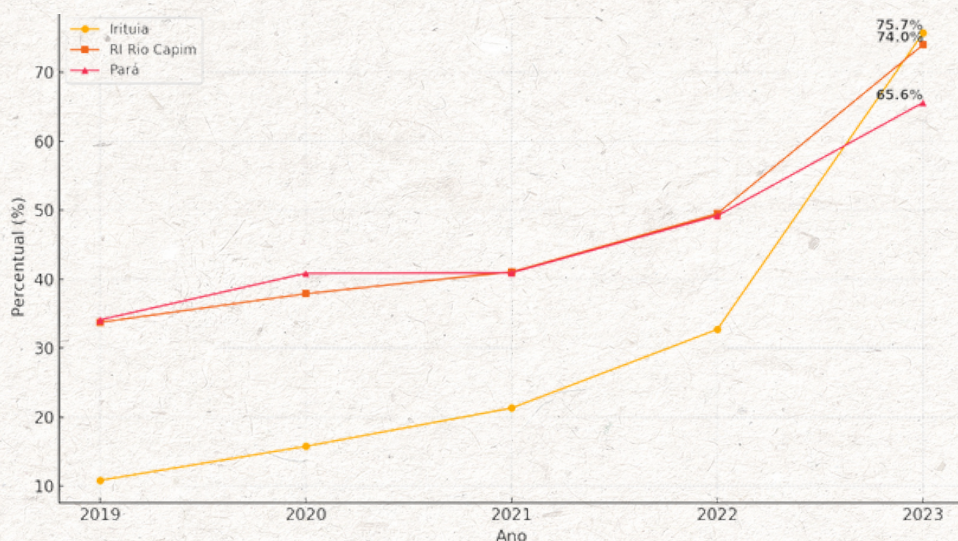
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 210 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Irituia apresentou evolução consistente e acentuada. Em 2019, apenas 10,7% das escolas estavam conectadas, subindo para 15,7% em 2020, 21,1% em 2021 e 32,5% em 2022, atingindo 75,7% em 2023 um salto expressivo em um único ano. A RI Rio Capim também cresceu: de 33,5% em 2019 para 74% em 2023. O estado do Pará acompanhou esse avanço, indo de 33,6% em 2019 para 65,6% em 2023, embora com crescimento mais gradual (Gráfico 8).

A expansão do acesso à internet nas escolas reflete esforços para inclusão digital e melhoria das condições pedagógicas, sobretudo após a pandemia. O salto de Irituia em 2023 destaca um investimento massivo e necessário na infraestrutura educacional. O município, que partia de um patamar muito inferior à média estadual e regional, conseguiu se aproximar dos melhores índices da RI, revelando efetividade de políticas públicas recentes (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

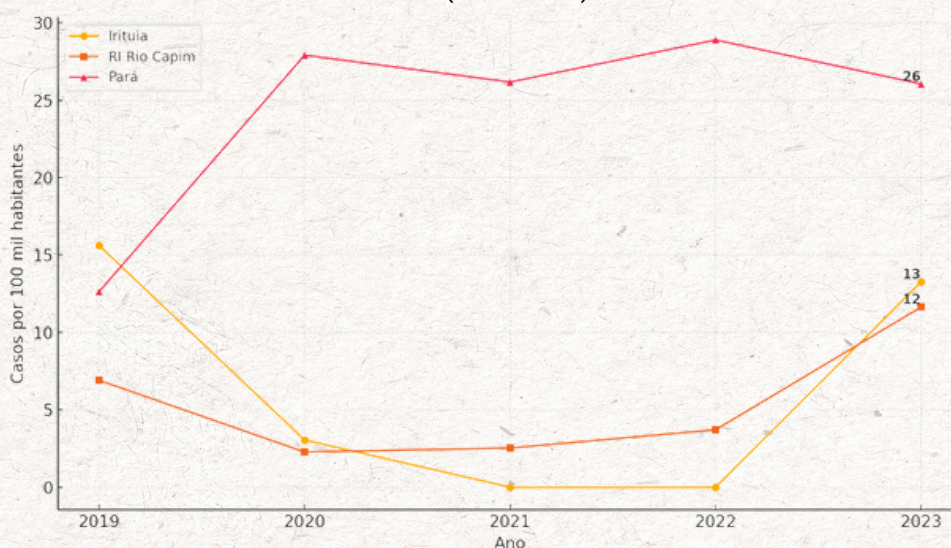


Em Irituia, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros apresentou uma queda significativa de 15,7 em 2019 para 3 em 2020, atingindo o mínimo de 0 casos em 2021 e 2022. No entanto, houve um crescimento expressivo em 2023, alcançando 13 casos por 100 mil habitantes. Na RI Rio Capim, a tendência foi menos volátil: iniciou com 7 casos em 2019, caiu para 2,4 em 2020 e permaneceu relativamente estável até 2022, com nova elevação em 2023 (12). Já o Pará teve trajetória oposta, com aumento de 12,8 em 2019 para um pico de 28 em 2022, fechando 2023 com 26 casos (Gráfico 9).



O comportamento oscilante de Irituia pode estar relacionado a subnotificação em determinados anos, seguida de aumento da conscientização ou mudanças nos sistemas de registro e denúncia em 2023. A RI e o estado mostram crescimento contínuo desde 2020, o que indica agravamento do problema ou maior visibilidade da violência doméstica. O cenário estadual é especialmente preocupante, com taxas superiores a 25 casos nos últimos três anos, sinalizando urgência em políticas públicas estruturadas e regionais para o enfrentamento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

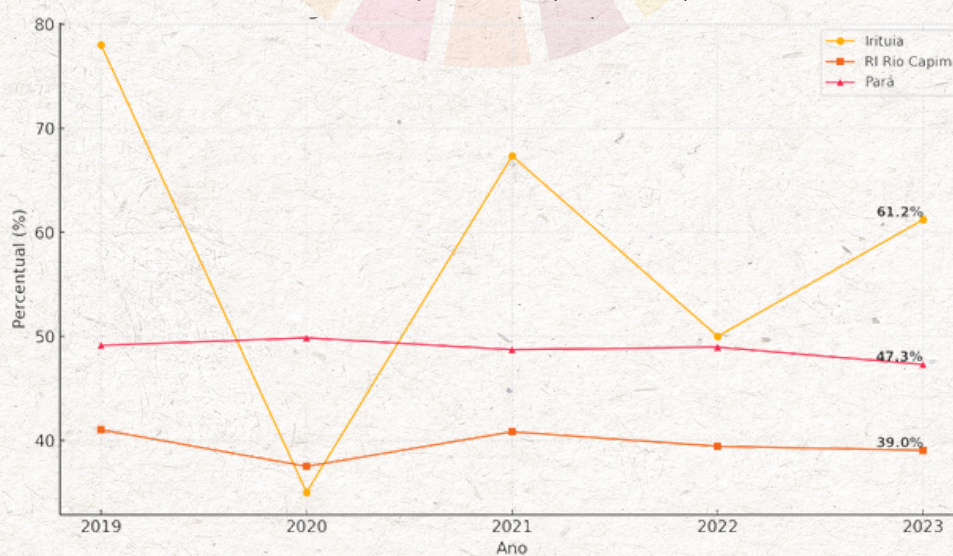
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Irituia, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. O município começou com 78% em 2019, caiu abruptamente para 35% em 2020, subiu novamente para 67% em 2021, recuou para 50% em 2022 e encerrou 2023 com 61,2%. Essa grande variação anual demonstra instabilidade nas políticas ou práticas de equidade de gênero nas esferas de decisão local. Já a RI Rio Capim manteve-se mais estável, entre 37,4% e 41%, terminando 2023 com 39%. O estado do Pará teve comportamento similar ao regional, com pequenas variações entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023 (Gráfico 10).



A trajetória de Irituia, ainda que com oscilações, se destaca por apresentar percentuais superiores tanto ao estado quanto à sua Região de Integração na maioria dos anos. Isso pode indicar presença de lideranças femininas mais expressivas no setor público local ou variações pontuais em anos eleitorais e trocas de gestão. Por outro lado, a falta de estabilidade sugere ausência de políticas permanentes de inclusão feminina em cargos de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

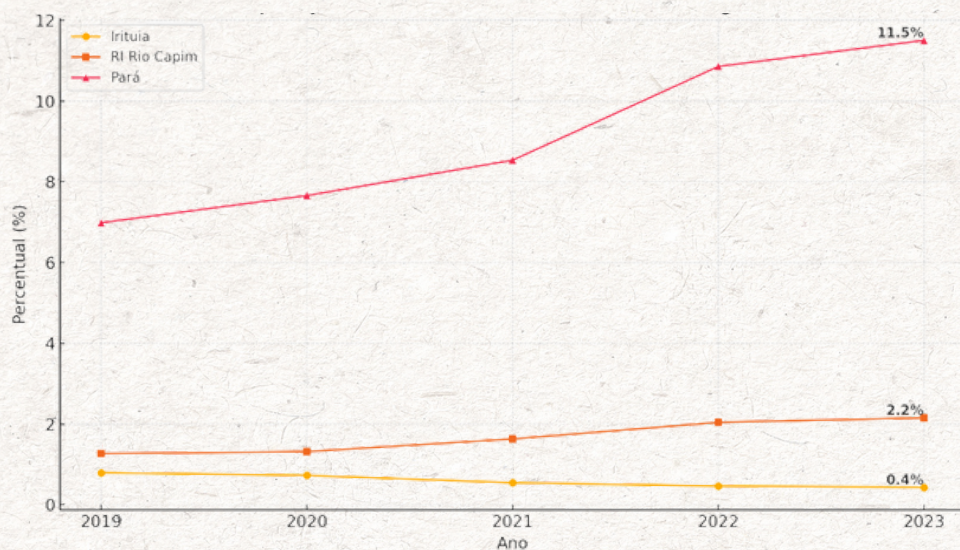
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Irituia manteve um nível extremamente baixos de atendimento com coleta de esgoto à população de baixa renda ao longo de todo o período. Em 2019, o percentual era de 0,8%, caindo para 0,4% em 2023. A RI Rio Capim começou com 1,3% em 2019, subindo gradualmente para 2,2% em 2023. O estado do Pará apresentou tendência crescente: partiu de 7% em 2019, atingiu 8,5% em 2021 e alcançou 11,5% em 2023, ainda abaixo de níveis ideais, mas com melhoria contínua (Gráfico 11).

Esses dados evidenciam que Irituia e sua região de integração permanecem em situação crítica no que se refere à coleta de esgoto para as populações mais vulneráveis. A estagnação e até queda dos percentuais municipais refletem ausência de investimentos estruturais ou falhas na implementação de políticas de saneamento direcionadas a áreas de maior pobreza. Apesar do Pará ainda apresentar cobertura insuficiente, o avanço ao longo do período é notável, sinalizando direcionamento de políticas estaduais mais efetivas. A discrepância entre os níveis locais e estadual demonstra desigualdade na alocação de recursos e reforça a necessidade de ações mais incisivas nos municípios com menor infraestrutura (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Irituia, os gastos com saneamento per capita foram baixos durante todo o período, apesar de algum crescimento entre 2019 (R\$ 1,3) e 2022 (R\$ 7,8). Em 2023, houve recuo para R\$ 5,00. A RI Rio Capim apresentou maiores valores e crescimento mais consistente: iniciou com R\$ 43,8 em 2019, atingindo R\$ 62 em 2023. Já o estado do Pará variou bastante, com picos em 2020 (R\$ 113,2) e 2022 (R\$ 153,8), encerrando 2023 em R\$ 137 (Gráfico 12).

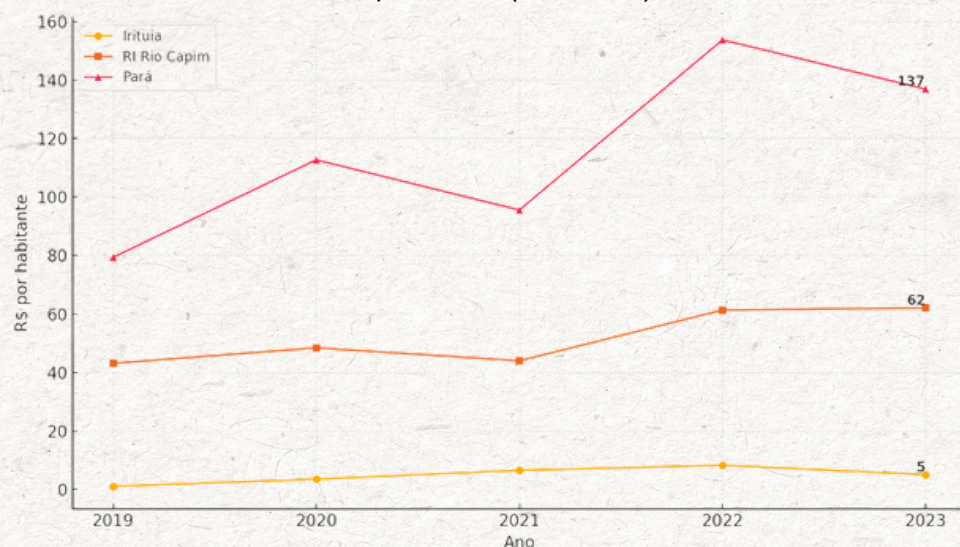
A baixa execução de recursos em Irituia ajuda a explicar os índices ruins de cobertura de esgotamento sanitário, como

demonstrado no indicador anterior. Mesmo nos anos de maior aporte (2022), os valores ficaram muito aquém das médias regional e estadual. A RI Rio Capim mostra empenho superior, mas ainda abaixo do que se observa no estado, que investiu fortemente em anos recentes, principalmente em 2022. A diferença evidencia que municípios com menor capacidade fiscal enfrentam dificuldades em priorizar investimentos básicos, reforçando a necessidade de apoio técnico e financeiro dos entes superiores para garantir equidade no acesso ao saneamento (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



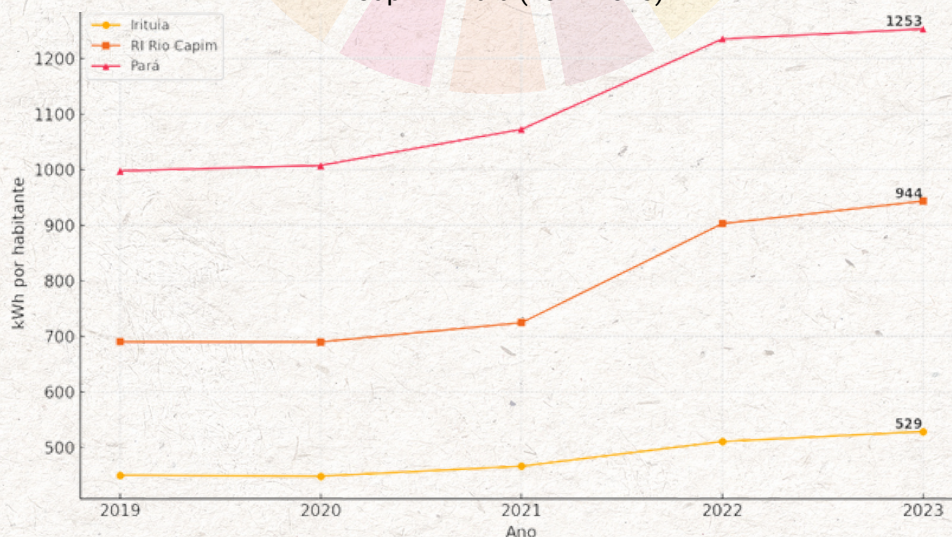
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

O município de Irituia apresentou crescimento moderado no consumo per capita de energia elétrica entre 2019 e 2023, passando de 451 kWh/hab. em 2019 para 529 kWh/hab. em 2023. O avanço foi mais visível a partir de 2021, com aumentos consecutivos que indicam melhora na infraestrutura elétrica ou aumento no uso residencial. A RI Rio Capim teve crescimento mais acentuado: de 690 kWh/hab. em 2019 para 944 em 2023, com destaque para o salto de 2021 (728) para 2022 (905). O Pará também apresentou expansão contínua, saindo de

997 em 2019 para 1.253 kWh/ hab. em 2023 (Gráfico 13).

Apesar do avanço, Irituia ainda apresenta o menor consumo per capita entre os três níveis analisados, o que pode refletir limitações de acesso, baixa renda ou padrão de consumo reduzido. A diferença de cerca de 700 kWh/hab. entre o município e o estado em 2023 demonstra desigualdades estruturais. A RI Rio Capim aproxima-se da média estadual, indicando maior homogeneidade regional. O aumento geral do consumo pode também estar associado à expansão de programas de eletrificação rural e maior acesso a eletrodomésticos, exigindo atenção ao planejamento energético sustentável, especialmente em localidades historicamente deficitárias como Irituia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 529 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

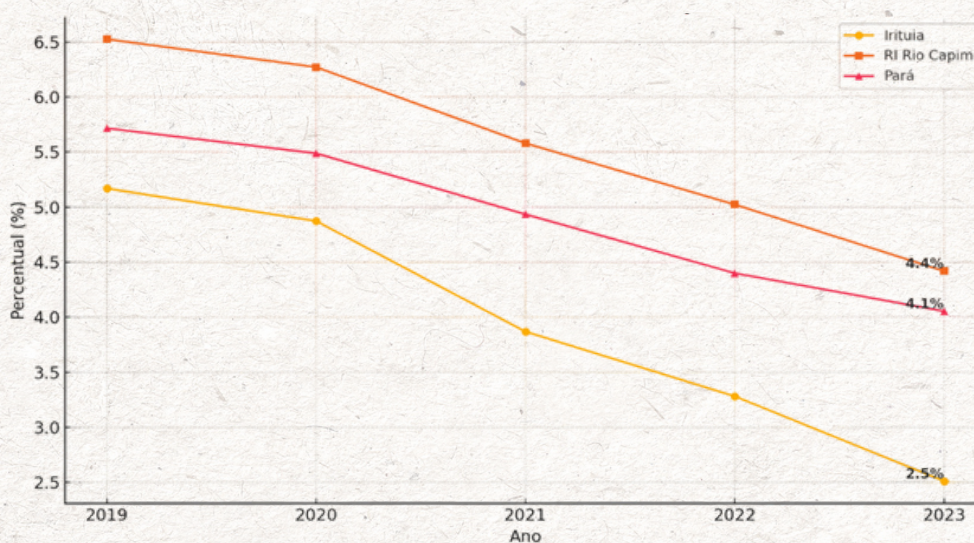
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Entre 2019 e 2023, Irituia apresentou uma redução significativa no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil, caindo de 5,2% em 2019 para 2,5% em 2023. A queda foi constante ao longo dos anos, refletindo melhora no acesso à eletricidade. Na RI Rio Capim, o percentual também caiu, de 6,5% para 4,4%, com trajetória de declínio gradual. O estado do Pará seguiu a mesma tendência: passou de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, mostrando avanços em universalização energética (Gráfico 14).

Irituia destaca-se por ter alcançado o menor percentual de domicílios com iluminação fóssil entre os três níveis em 2023, sinalizando eficácia de políticas locais de eletrificação e inclusão energética. Essa evolução positiva contrasta com o consumo ainda baixo de energia elétrica, sugerindo que o acesso foi expandido, mas o uso permanece limitado. A RI e o estado mantêm percentuais mais altos, embora em trajetória decrescente. A redução desses índices é crucial para a melhoria das condições de vida e segurança, além de reduzir impactos ambientais e desigualdades energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

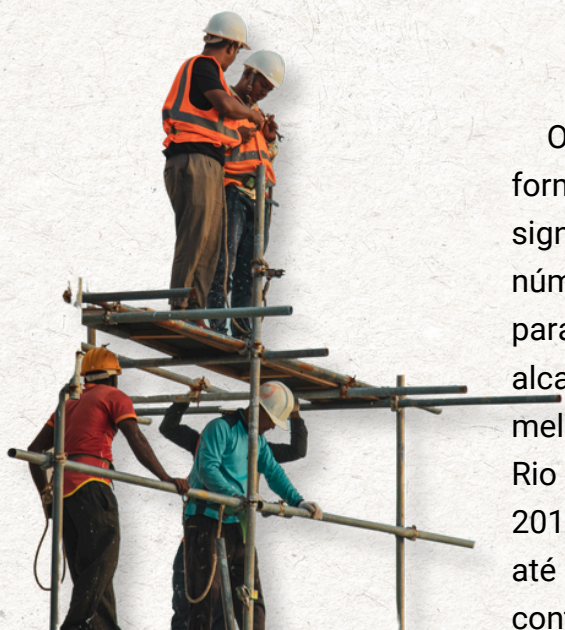
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

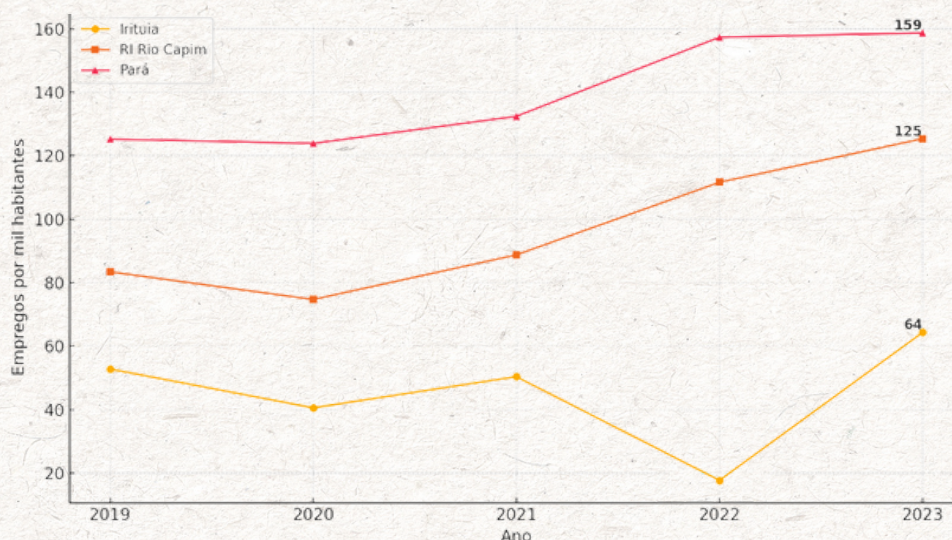


Empregos Formais por Mil Habitantes

O município de Irituia iniciou 2019 com 53 empregos formais por mil habitantes, mas sofreu uma queda significativa em 2020, atingindo apenas 41. Em 2021, o número subiu ligeiramente para 50, mas caiu drasticamente para 18 em 2022. Em 2023, houve forte recuperação, alcançando 64 empregos formais por mil habitantes o melhor desempenho da série. Já a Região de Integração do Rio Capim teve trajetória mais estável: iniciou com 84,4 em 2019, caiu para 74,9 em 2020, e cresceu consistentemente até 125 em 2023. O estado do Pará mostrou crescimento contínuo, saindo de 125,3 em 2019 para 159 em 2023 (Gráfico 15).

A trajetória de Irituia revela grande instabilidade na geração de empregos formais, com um vale acentuado em 2022 e uma posterior recuperação expressiva. Ainda assim, o município permanece bem abaixo das médias regional e estadual. A RI Rio Capim demonstrou maior resiliência, especialmente após 2020, e superou a média estadual em ritmo de crescimento. O Pará manteve uma evolução constante, sinalizando recuperação econômica e geração contínua de postos de trabalho. A diferença entre Irituia e os demais recortes reforça a fragilidade do mercado formal local e a necessidade de estratégias voltadas à atração de investimentos e estímulo ao empreendedorismo formalizado no município (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Irituia, o PIB per capita apresentou crescimento ao longo do período, passando de R\$ 6.799 em 2018 para R\$ 9.138 em 2022. Embora o avanço seja constante, os valores se mantêm muito inferiores aos demais níveis. A Região de Integração do Rio Capim iniciou 2018 com R\$ 13.177 e chegou a R\$ 21.977 em 2022, com destaque para o salto entre 2021 (R\$ 18.440) e 2022. Já o estado do Pará teve crescimento ainda mais expressivo: de R\$ 18.899 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, representando quase o triplo do valor de Irituia no último ano da série (Gráfico 16).

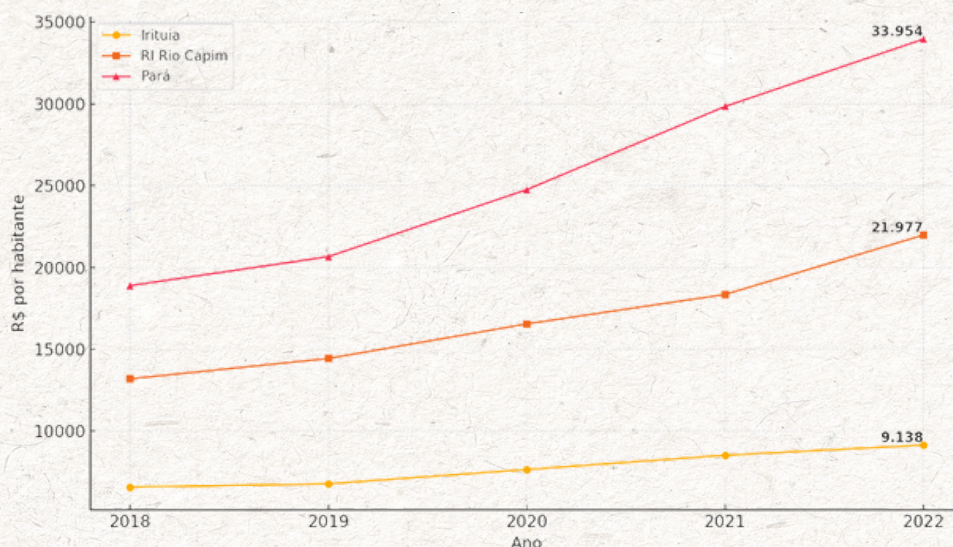


Apesar de crescer em ritmo semelhante ao dos demais territórios, o PIB per capita de Irituia continua baixo, refletindo tanto a limitada atividade

econômica quanto a menor inserção produtiva da população. O desempenho da RI Rio Capim evidencia dinamismo regional superior, possivelmente impulsionado por polos industriais ou atividades agroextrativistas mais intensivas. O estado do Pará, por sua vez, teve forte valorização do seu PIB per capita, especialmente a partir de 2020, sinalizando efeitos positivos da mineração, agroindústria e logística. A disparidade entre o município e os demais reforça a necessidade de diversificação econômica local e integração mais efetiva de Irituia aos fluxos econômicos regionais (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.138/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

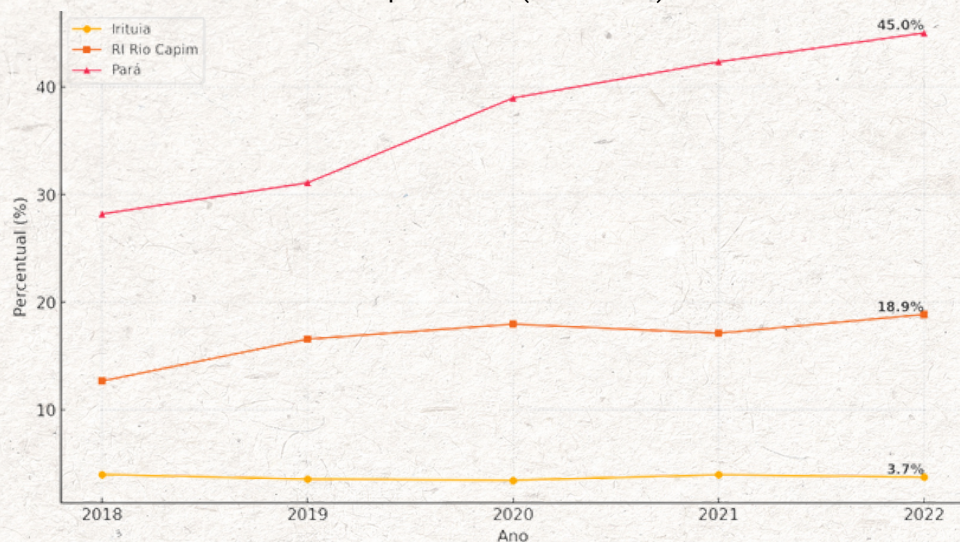


O valor adicionado da indústria como proporção do PIB em Irituia manteve-se em patamares baixos durante todo o período, partindo de 3,8% em 2018, caindo para 3,2% em 2020, e encerrando 2022 com 3,7%. A RI Rio Capim apresentou desempenho superior, começando com 12,7% em 2018 e alcançando 18,9% em 2022, com certa estabilidade a partir de 2020. O estado do Pará teve evolução marcante no setor industrial: de 28,3% em 2018, passou para 38,7% em 2020 e atingiu 45% em 2022, refletindo o peso crescente da indústria extrativa e de transformação no PIB estadual (Gráfico 17).

A baixa participação da indústria no PIB de Irituia revela a forte dependência de setores primários e de serviços, e a ausência de um parque industrial estruturado. Esse fator ajuda a explicar os baixos valores de PIB per capita e a fragilidade do mercado formal de trabalho. Em contrapartida, o dinamismo industrial da RI Rio Capim indica oportunidades de integração econômica regional, que podem ser aproveitadas com políticas de incentivo à instalação de pequenas indústrias locais. O desempenho do estado mostra a importância estratégica do setor industrial para o crescimento econômico, principalmente nos eixos exportadores, e reforça a necessidade de políticas de interiorização desse desenvolvimento (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O município de Irituia apresentou baixos números de profissionais da ciência ao longo do período analisado, partindo de 2,6 em 2019, caindo para 1,8 em 2020, subindo para 3,9 em 2021, zerando em 2022 e encerrando 2023 com 6 profissionais por 100 mil habitantes. A Região de Integração Rio Capim demonstrou

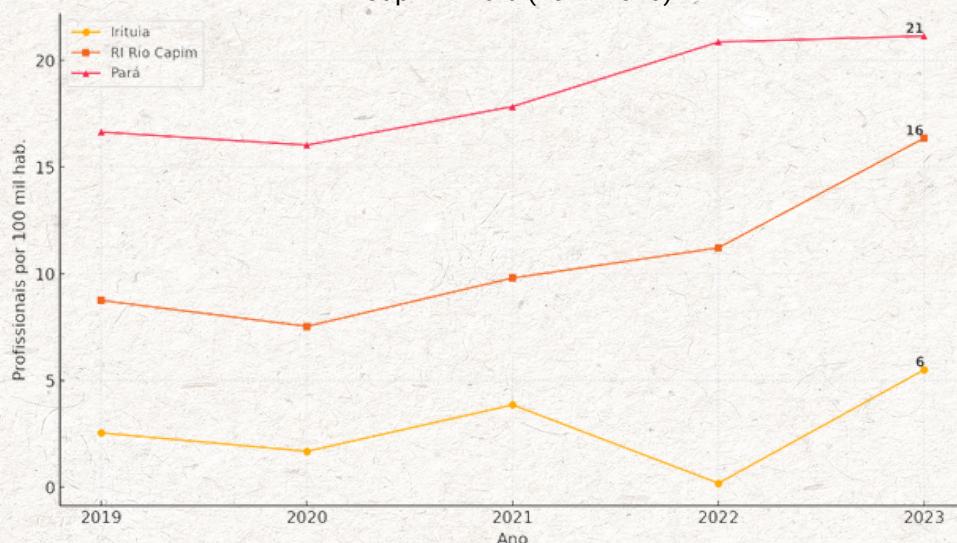


um crescimento mais consistente: de 8,8 em 2019 para 16 em 2023. O estado do Pará iniciou com 16,6 e chegou a 21 no mesmo período, com aumentos consecutivos a partir de 2021 (Gráfico 18).

A oscilação em Irituia, especialmente a ausência de registros em 2022, sugere instabilidade no vínculo e na permanência desses profissionais ou falhas nos dados reportados. Ainda que tenha dobrado de 2022 para 2023, o município continua com valores muito inferiores aos da região e do estado. A RI Rio Capim demonstra um ritmo de fortalecimento científico moderado, enquanto o estado do Pará indica tendência consolidada de crescimento, possivelmente impulsionada por universidades, centros de pesquisa e políticas estaduais (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



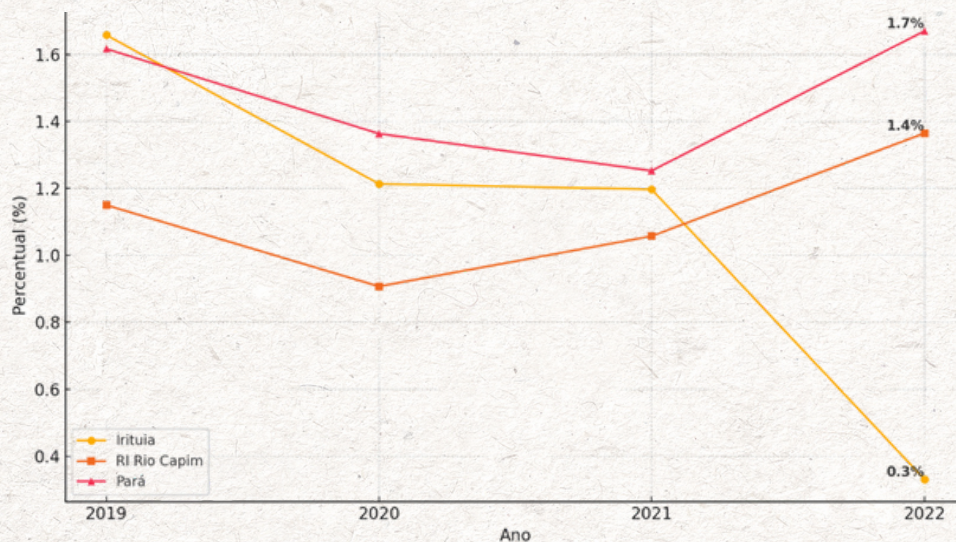
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em 2019, a massa salarial dos vínculos formais em Irituia representava 1,65% do PIB municipal, mas caiu para 1,22% em 2020, manteve-se praticamente estável em 2021 (1,20%) e despencou para 0,3% em 2022. Na RI Rio Capim, o indicador passou de 1,15% em 2019 para 0,9% em 2020, recuperando-se para 1,4% em 2022. O estado do Pará variou de 1,62% em 2019 para 1,25% em 2021, subindo novamente para 1,7% em 2022 (Gráfico 19).

A forte queda em Irituia em 2022 contrasta com o crescimento no estado e na região, in-

dicando uma possível desestruturação do emprego formal local, com queda nos salários ou substituição por vínculos informais. A RI Rio Capim conseguiu se recuperar após 2020, e o estado do Pará reforça a tendência de valorização do mercado formal. A baixa contribuição da massa salarial ao PIB de Irituia também está relacionada à fragilidade do seu setor produtivo formal e à baixa remuneração média dos vínculos existentes. Esse cenário exige estratégias voltadas à geração de empregos de qualidade e à valorização salarial no município (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

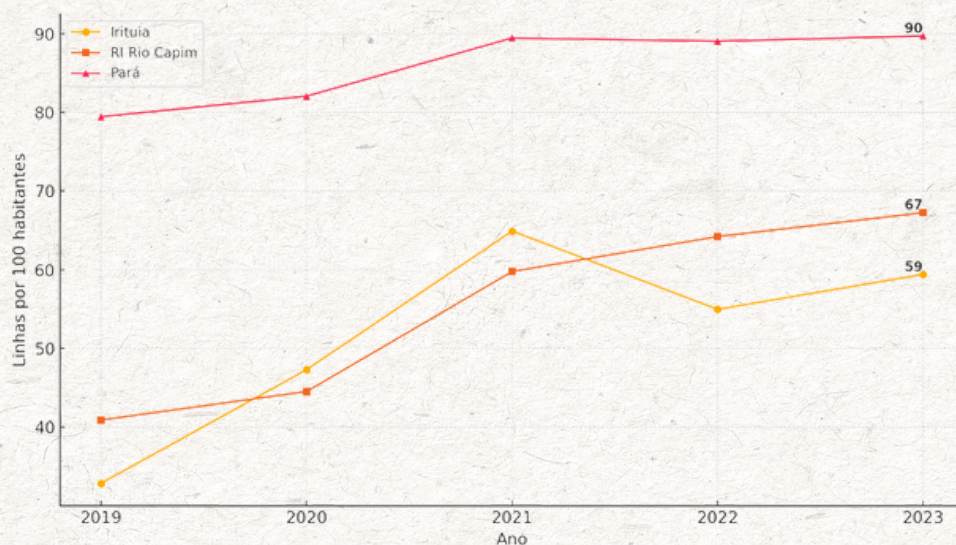
O município de Irituia apresentou crescimento no acesso à telefonia móvel, partindo de 33 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegando a 59 em 2023. O maior avanço ocorreu entre 2019 e 2021, quando o índice saltou para 65, seguido de uma leve queda em 2022 (55) e nova elevação em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 41 linhas em 2019 e fechou o período com 67 em 2023, mantendo um crescimento constante. O estado do Pará manteve os melhores indicadores durante toda a série, partindo de 79,8 em 2019 e alcançando 90 linhas por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 20).

Apesar da melhoria, Irituia permanece com um nível de acesso inferior à média regional e estadual. Isso pode refletir limitações na infraestrutura de telecomunicação ou menor poder aquisitivo da população para aquisição de linhas móveis. A evolução até 2021 mostra potencial de expansão, mas a oscilação posterior indica instabilidade ou dificuldades de cobertura. A RI Rio Capim aproxima-se mais do padrão estadual, demonstrando maior consistência nos avanços. O Pará, com alto nível de penetração, reflete a consolidação da telefonia móvel, devendo agora focar na qualidade de sinal e ampliação de dados móveis em áreas remotas (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

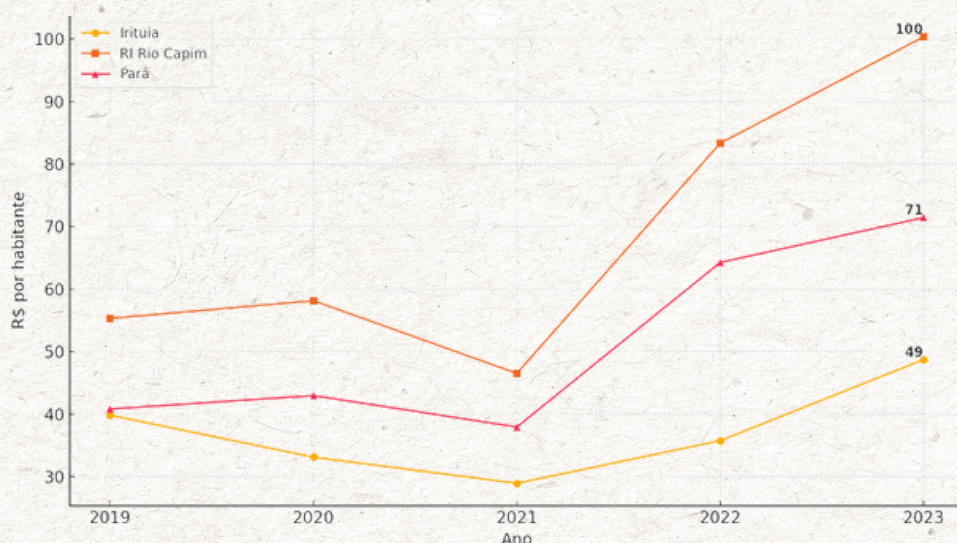
Em Irituia, a despesa per capita com cultura e gestão ambiental começou em R\$ 39,7 em 2019, caiu para R\$ 28,8 em 2021, mas subiu para R\$ 49,3 em 2023, indicando recuperação após período de retração. A RI Rio Capim manteve desempenho superior, variando de R\$ 55,5 em 2019 para R\$ 100,1 em 2023, com destaque para o salto de 2021 (R\$ 46,7) para 2022 (R\$ 83,4). O estado do Pará seguiu tendência semelhante: de R\$ 40,5 em 2019 para R\$ 71 em 2023, também com crescimento acentuado a partir de 2022 (Gráfico 21).

A análise revela que Irituia tem níveis historicamente mais baixos de investimento

nessas áreas em relação à região e ao estado, mas demonstra esforço recente de retomada. A RI e o Pará apresentam padrões mais robustos, indicando maior prioridade orçamentária para cultura e meio ambiente. O crescimento em 2022–2023 pode estar associado à recomposição pós-pandemia e ao fortalecimento de políticas ambientais em resposta às crises climáticas. Para manter a tendência positiva, é necessário garantir continuidade do financiamento e planejamento estratégico local para ampliação do acesso às atividades culturais e à preservação ambiental (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



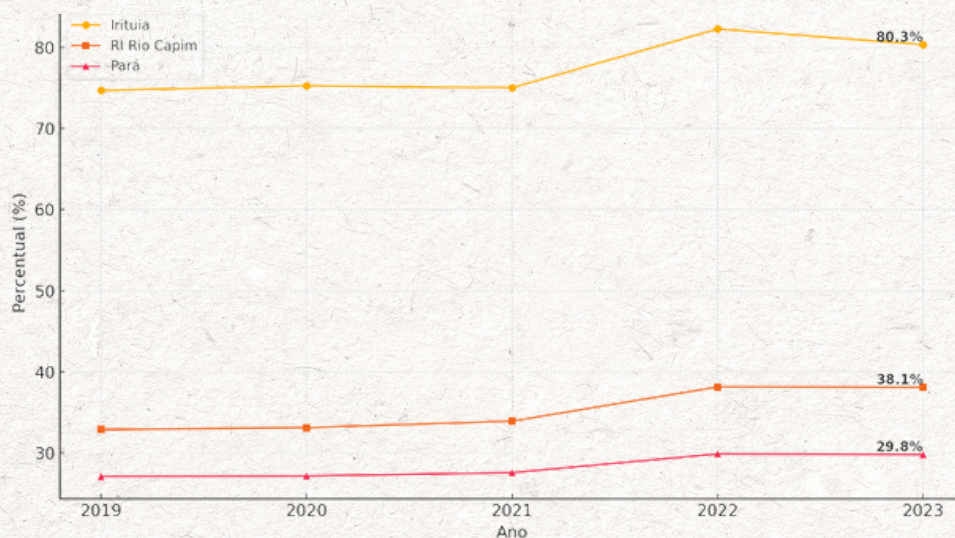
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Irituia, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo cresceu de 74,7% em 2019 para 80,3% em 2023, com pico em 2022 (82,1%). A RI Rio Capim passou de 32,8% para 38,1%, enquanto o Pará foi de 26,9% para 29,8%. Esses dados revelam que Irituia concentra os maiores índices, com mais de quatro quintos da população de baixa renda utilizando métodos inadequados de descarte de resíduos (Gráfico 22).

A persistência de altos percentuais em Iri-

tuia, com leve crescimento ao longo do tempo, demonstra falhas estruturais no serviço de coleta e destinação de lixo domiciliar. Enquanto RI e Pará também apresentam crescimento, os níveis são significativamente menores. Esse cenário compromete a saúde pública e o meio ambiente, exigindo intervenções urgentes. A ampliação de programas de coleta seletiva, educação ambiental e inclusão de comunidades carentes nas políticas de saneamento básico pode ser o caminho para a reversão dessa realidade (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

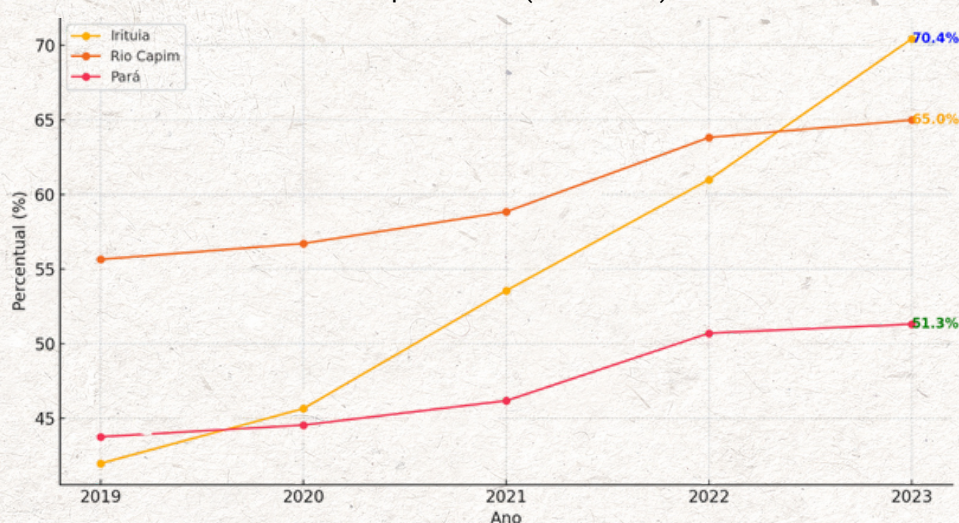
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Irituia, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar subiu fortemente de 41,7% em 2019 para 70,4% em 2023. A RI Rio Capim também aumentou de 55,6% para 65%, enquanto o estado do Pará foi de 43,4% para 51,3% no mesmo período. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2022, tanto no município quanto nas demais regiões (Gráfico 23).

O uso generalizado de fossas rudimentares reflete precariedade nos serviços de esgotamento

sanitário entre as populações mais vulneráveis. Irituia, em 2023, apresenta o pior cenário entre os recortes, com mais de dois terços dos domicílios de baixa renda nessa condição. A RI e o estado também estão em situação crítica, mas com avanços mais lentos. A ausência de rede de esgoto e soluções alternativas adequadas agrava riscos ambientais e de saúde, evidenciando a urgência de políticas de saneamento rural e urbano específicas para essa população (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

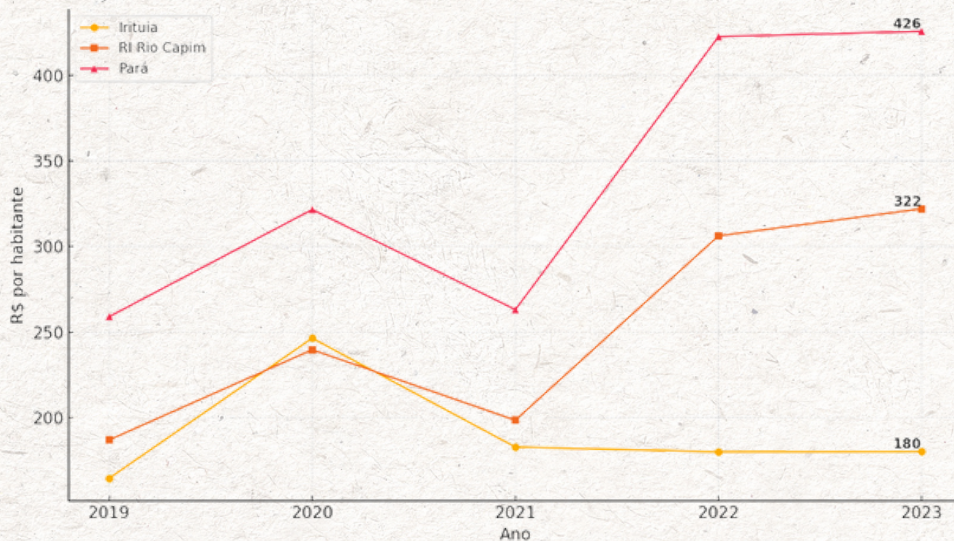
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Irituia, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 164,1 em 2019, subiram para R\$ 243,6 em 2020, e caíram gradualmente até R\$ 180,3 em 2023. A Região de Integração Rio Capim teve crescimento expressivo: de R\$ 187,4 em 2019 para R\$ 322,4 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (R\$ 198,5) e 2022 (R\$ 306,4). O estado do Pará também seguiu trajetória crescente, iniciando em R\$ 259,4 e atingindo R\$ 426 em 2023, mesmo com uma leve queda em 2021 (Gráfico 24).



O comportamento dos gastos em Irituia indica esforço inicial de investimento até 2020, mas depois revela estagnação, com valores em declínio nos anos seguintes. Em contraste, tanto a RI quanto o estado ampliaram significativamente os aportes na área, sugerindo maior prioridade à prevenção de eventos extremos. A diferença entre os valores de Irituia e os dos demais recortes evidencia uma lacuna preocupante em políticas preventivas no município. Diante do aumento da frequência e intensidade dos desastres climáticos, manter investimentos constantes é fundamental para proteger a população e reduzir custos futuros com danos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 180/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

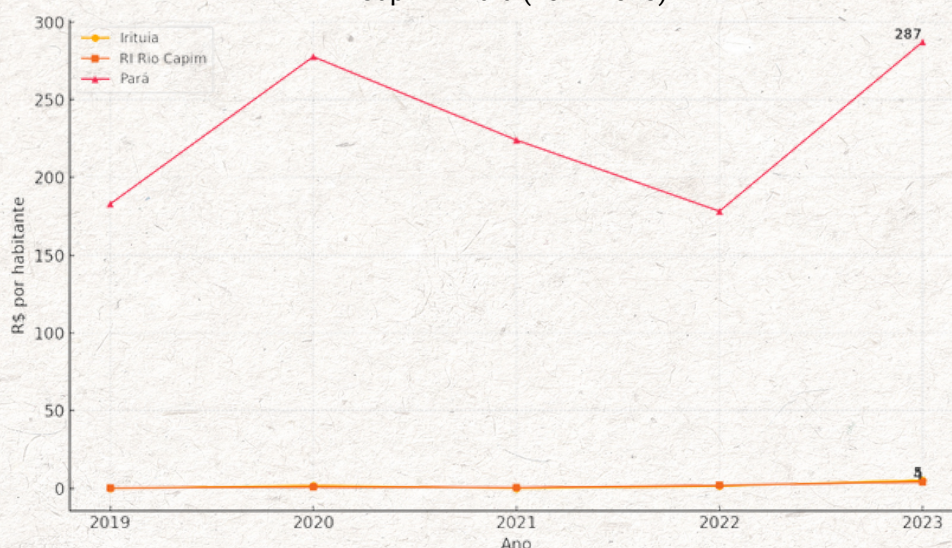
Irituia apresentou valores extremamente baixos em despesa per capita com preservação aquática: R\$ 0,3 em 2019, crescendo timidamente até R\$ 4,1 em 2023. A RI Rio Capim teve evolução mais consistente, saindo de R\$ 0,8 em 2019 para R\$ 4 em 2023. Em contraste, o estado do Pará demonstrou forte compromisso com essa agenda: partiu de R\$ 184,1 em 2019, saltou para R\$ 278,5 em 2020, e encerrou 2023 com R\$ 287,3, mesmo após oscilações nos anos intermediários (Gráfico 25).

A discrepância entre os níveis de investimento evidencia desigualdade na priorização dessa pauta ambiental. Enquanto o estado tem aportado recursos expressivos para conservação de recursos hídricos, Irituia ainda não incorporou plenamente essa necessidade à sua política orçamentária. Considerando os riscos de poluição, degradação de nascentes e comprometimento de ecossistemas aquáticos, o município precisa intensificar seus esforços. A RI apresenta um padrão de avanço, mas ainda abaixo do necessário frente à relevância do tema (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

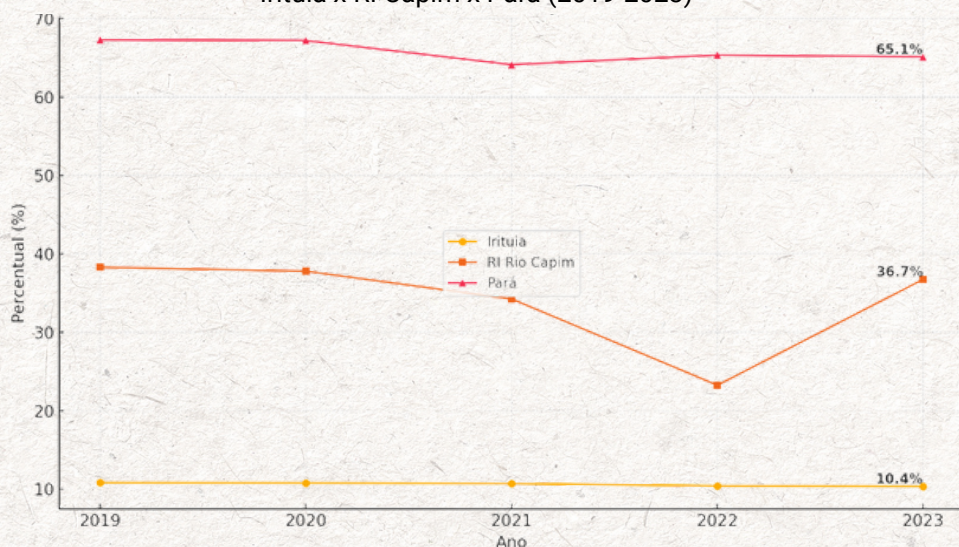
Irituia apresentou estabilidade no percentual de área florestal entre 2019 e 2022, mantendo cerca de 10,5% do território coberto por floresta, com leve aumento para 10,4% em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 38,3% em 2019, caiu para 23,7% em 2022 e subiu para 36,7% em 2023, revelando volatilidade. O estado do Pará manteve patamares elevados e relativamente estáveis, entre 67,4% em 2019 e 65,1% em 2023, apesar de leve redução no período (Gráfico 26).

A baixa proporção de áreas florestais em Irituia contrasta

com os níveis estadual e regional, sugerindo que o município já possui grande parte de seu território antropizado. A variação da RI sugere oscilações locais na cobertura florestal, com possível reflorestamento parcial em 2023. O Pará, apesar das pressões, ainda preserva uma cobertura significativa, fundamental para os serviços ecossistêmicos e combate às mudanças climáticas. Para Irituia, a recuperação florestal aparece como um desafio estratégico, devendo ser incorporada em políticas de uso do solo e sustentabilidade (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

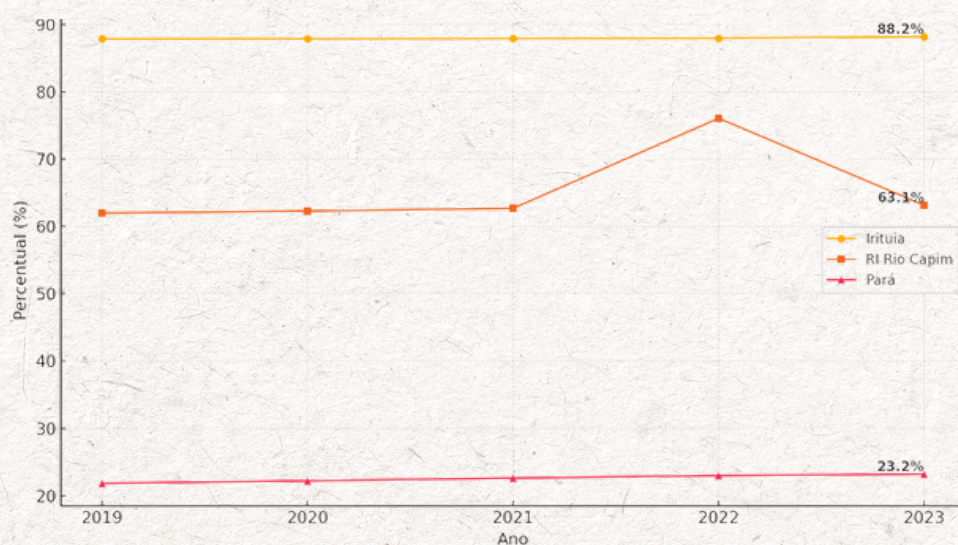
O município de Irituia manteve o maior percentual de área desmatada entre os três recortes: 88,2% constantes de 2019 a 2023. A RI Rio Capim começou com 62,2%, manteve-se estável até 2021, subiu para 74,5% em 2022 e caiu novamente para 63,1% em 2023. O Pará teve os menores percentuais, partindo de 21,1% em 2019 para 23,2% em 2023, com variação modesta ao longo do período (Gráfico 27).

Os números revelam uma situação crítica em Irituia, com

praticamente nove décimos de seu território desmatado. A estabilidade nesse patamar sugere ausência de políticas de recuperação ambiental ou manutenção de um modelo de ocupação intensivo e sem cobertura florestal. A RI também apresenta quadro preocupante, embora menos extremo, e a queda em 2023 pode estar associada a ações pontuais de controle ou atualização de dados. Já o estado, embora apresente aumento, ainda preserva a maior parte do território (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

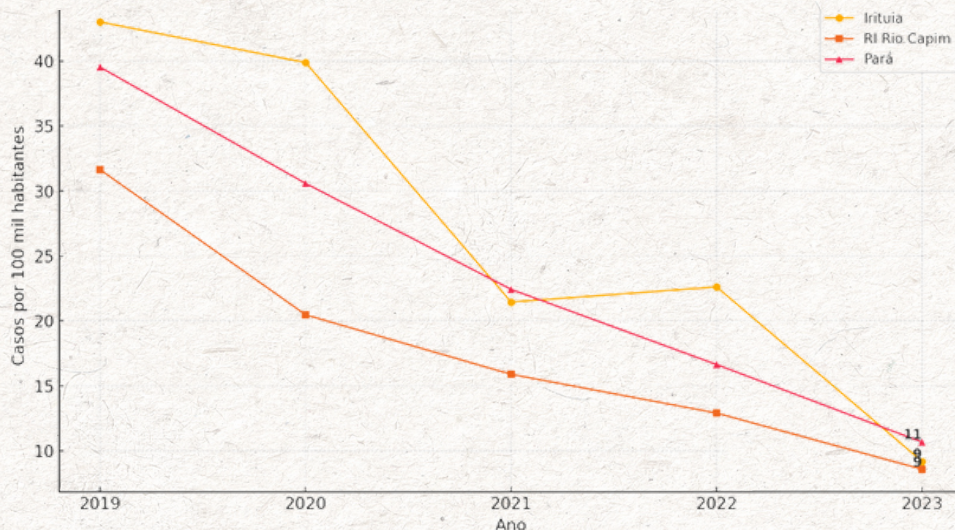
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Irituia, a taxa de trabalho infantil apresentou queda significativa ao longo do período: de 43,1 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 9 em 2023. A trajetória inclui um recuo progressivo até 2021 (21,7), um leve aumento em 2022 (22,9), seguido por nova redução acentuada. A Região de Integração do Rio Capim seguiu tendência semelhante, indo de 31,7 em 2019 para 8,9 em 2023. Já o estado do Pará apresentou redução contínua, de 39,5 para 11,4 casos no mesmo intervalo (Gráfico 28).

A forte diminuição observada nos três recortes territoriais a-

ponta avanços importantes no combate ao trabalho infantil. Irituia, apesar de ter iniciado com o maior índice entre os três, conseguiu alcançar um patamar similar ao da região e até inferior ao do estado em 2023. A interrupção da queda em 2022 acende um alerta, mas o recuo subsequente indica que ações corretivas foram retomadas. Ainda assim, a manutenção dessa tendência depende da articulação entre educação, assistência social e fiscalização trabalhista. A queda reflete políticas públicas efetivas, mas o desafio é consolidar a erradicação total (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

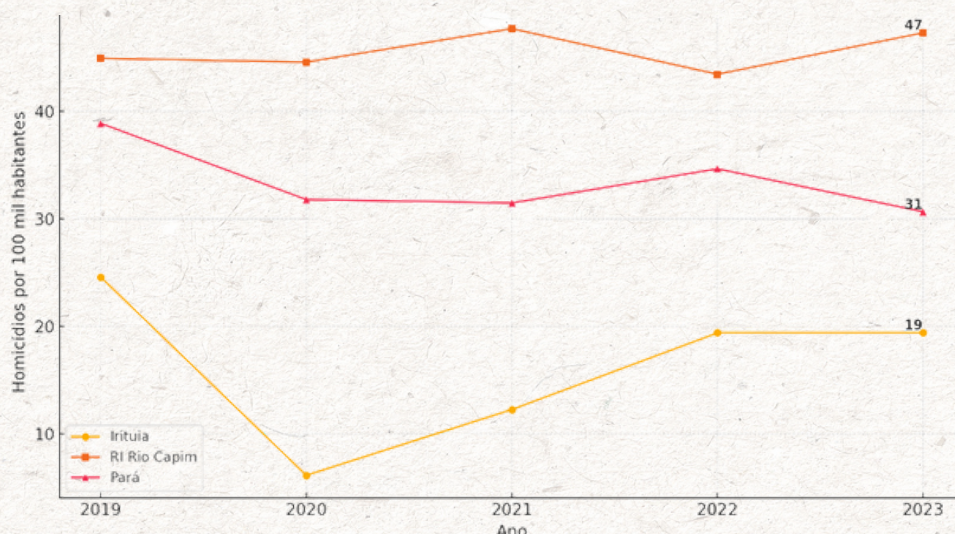
Em Irituia, a taxa de homicídios começou em 24,9 por 100 mil habitantes em 2019, caiu drasticamente para 6,2 em 2020, e voltou a crescer até estabilizar em 19,1 em 2023. A Região de Integração do Rio Capim manteve valores elevados e crescentes, indo de 45,2 em 2019 para 47 em 2023, com picos em 2021 (47,6). Já o estado do Pará apresentou uma redução geral: de 39,2 em 2019 para 31 em 2023, com certa oscilação no período (Gráfico 29).

O cenário de Irituia revela um comporta-

mento instável, com queda acentuada no início do período, mas que não se sustentou nos anos seguintes. Apesar da redução em relação a 2019, os valores recentes ainda preocupam. A RI Rio Capim tem a situação mais crítica, mantendo taxas consistentemente elevadas. O Pará mostra avanços mais consistentes, sugerindo efetividade de políticas estaduais de segurança pública. Para Irituia, o desafio é retomar o controle dos indicadores de violência letal e evitar nova escalada dos homicídios (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

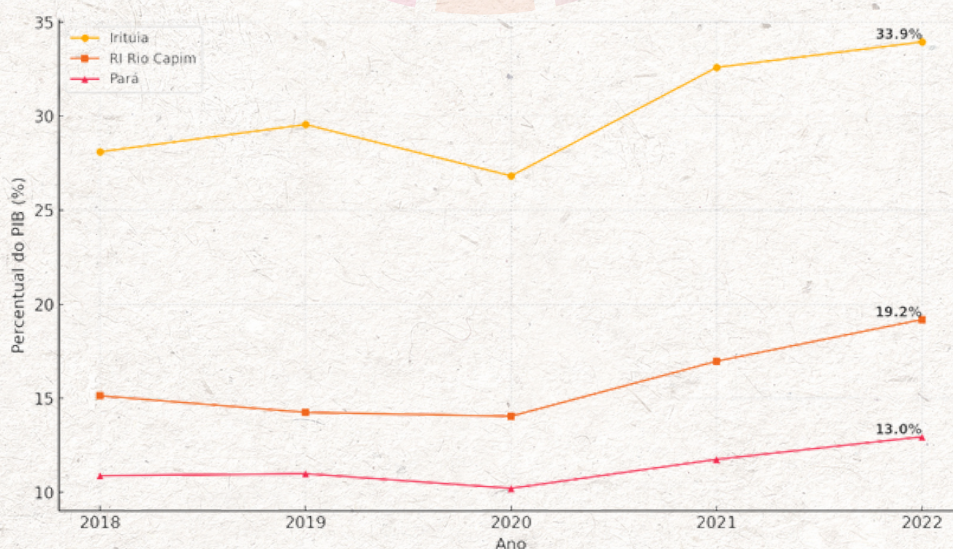


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Irituia apresentou elevação expressiva na relação entre gasto público e PIB entre 2018 e 2022. Em 2018, o percentual era de 28,1%, subindo para 29,5% em 2019. Após uma queda para 26,9% em 2020, o indicador avançou fortemente nos dois anos seguintes, alcançando 32,6% em 2021 e 33,9% em 2022. Esse padrão mostra que o município destinou uma fatia crescente de sua atividade econômica para financiar despesas públicas. Já a Região de Integração Rio Capim teve elevação mais gradual: de 15,1% em 2018 para 19,2% em 2022 (Gráfico 30).

No estado do Pará, o avanço foi mais modesto, saindo de 10,9% em 2018 para 13% em 2022. A comparação evidencia que Irituia tem um peso relativo da máquina pública muito superior à média regional e estadual. Esse comportamento pode ser resultado de maior dependência do setor público local ou de políticas ativas voltadas a serviços básicos e infraestrutura. A elevação contínua nos últimos dois anos indica expansão orçamentária ou menor crescimento do PIB, o que merece análise de sustentabilidade fiscal (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Irituia x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

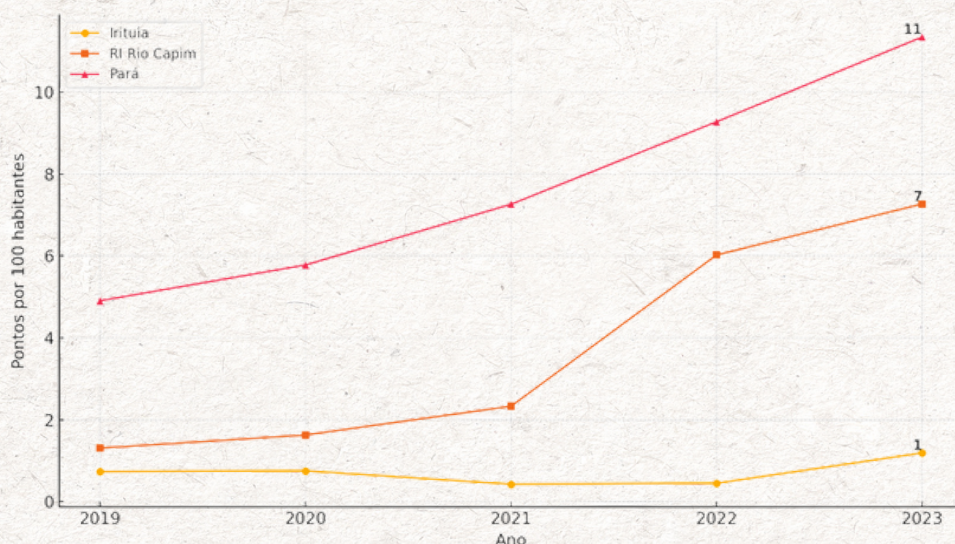
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Irituia manteve-se muito baixa, com valores entre 0,5 e 1 ponto por 100 habitantes. O município iniciou o período com 0,8 pontos em 2019 e 2020, recuou para 0,5 entre 2021 e 2022, e registrou leve alta em 2023, alcançando 1 ponto. Esse comportamento revela estagnação no acesso ao serviço, com melhora apenas no último ano, mantendo-se ainda bem abaixo das médias regional e estadual. Já a Região de Integração Rio Capim demonstrou crescimento contínuo, saindo de 1,3 pontos em 2019 para 7 pontos em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022,

quando o indicador passou de 2,4 para 6 pontos (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador apresentou avanço expressivo e constante, partindo de 4,9 pontos em 2019 e atingindo 11 pontos por 100 habitantes em 2023. A trajetória estadual evidencia uma expansão consistente da infraestrutura de banda larga fixa ao longo do período. A comparação entre os três níveis mostra que, embora o estado e a RI Rio Capim tenham evoluído, o município de Irituia permanece com acesso limitado e aquém do desempenho regional, o que indica desigualdade territorial no acesso à conectividade (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Irituia x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

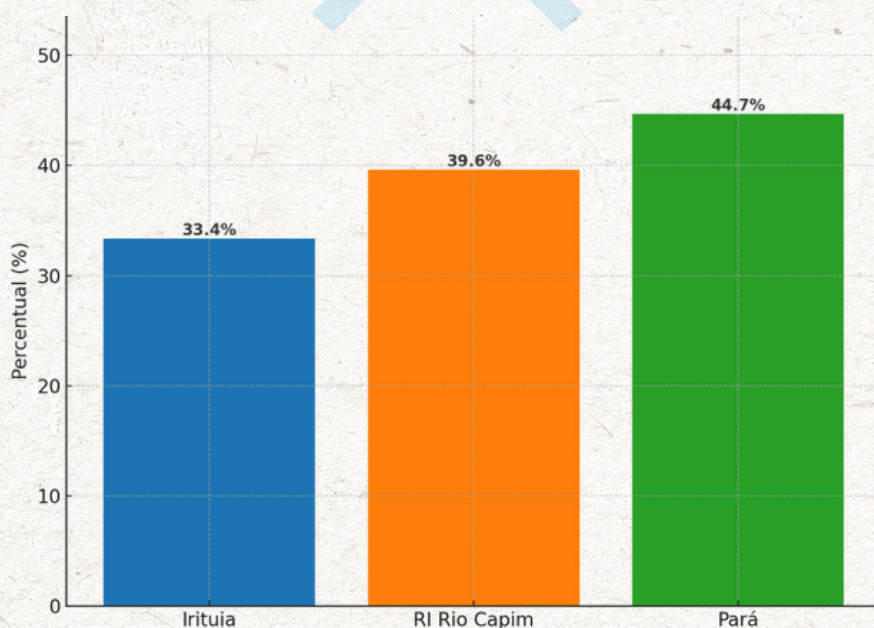
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Irituia** registrou um IDS de **33,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Irituia x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



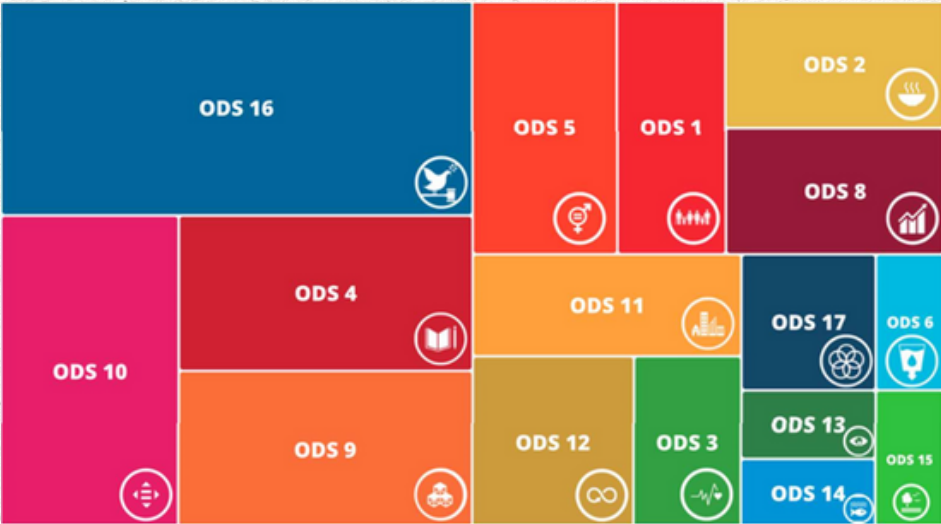
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Irituia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Irituia e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

